

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.278.973 - SP (2018/0087467-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - SP178033
JONATAS DE SOUZA FRANCO - SP223425
PAULA RODRIGUES DA SILVA - SP221271
FRANCIELI GARCIA - SP337983
MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - SP303021
DAVID GALES - SP284534
ANA CAROLINA GINJO - SP371530
MURILO SILVEIRA LATTARO - PR075732
AGRAVADO : RUBEM DARIO SORMANI JUNIOR
ADVOGADO : RUBEM DARIO SORMANI JÚNIOR (EM CAUSA PRÓPRIA) -
SP109636

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do NCPC), interposto por BANCO DO BRASIL SA em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 156):

ACÇÃO COMINATÓRIA — Obrigação de Fazer - Outorga de escritura - Imóvel arrematado em leilão público, com gravame de penhora à CEF - Impossibilidade jurídica do pedido — Inexistência — Ausência de justificativa para revogação do certame - Recurso provido.

Nas razões do recurso especial (fls. 162/178), a parte insurgente alegou ofensa ao art. 461, § 4º, do CPC/73.

Sustentou, em síntese:

a) as astreintes não podem ser fixadas em quantia superior à da própria obrigação principal, devendo ser reduzida quando excessiva, sob pena de enriquecimento ilícito da parte adversa;

b) a cominação de multa é meio desnecessário para o cumprimento da obrigação, bastando o envio de ofício a órgãos de cadastro de inadimplentes; e

c) a revogação da licitação, por meio da qual a parte recorrida adquiriu o bem imóvel descrito nos autos, constituiu exercício de direito do banco, tendo em vista a impossibilidade de transferência da propriedade, em razão de penhora inscrita em favor da Caixa Econômica Federal.

Contrarrazões às fls. 201/223.

Inadmitido o apelo, os autos subiram ao exame do STJ mediante a interposição do agravo (art. 1.042 do NCPC).

Contraminuta às fls. 270/293.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. As razões do recurso especial relativas ao excesso das *astreintes* estão

dissociadas da discussão dos autos, pois o banco não foi compelido a retirar a inscrição de consumidor em cadastro de inadimplentes.

Não obstante tenha havido a fixação de multa cominatória, isso de deu para forçar a parte ré a promover a transferência de propriedade à parte autora, situação completamente distinta.

As razões estão deficientes, nesse ponto, atraindo o óbice da Súmula 284/STF.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DISPOSITIVOS INVOCADOS. COMANDO NORMATIVO INEFICAZ. ARGUMENTOS DISSOCIADOS DO ARESTO RECORRIDO. **DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA Nº 284 DO STF.** CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. CLÁUSULA ABUSIVA. LEVANTAMENTO DE ALVARÁ. APROPRIAÇÃO INDEVIDA. QUEBRA DE CONFIANÇA. DANO MORAL CONFIGURADO. PRECEDENTE DA TERCEIRA TURMA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A impertinência do dispositivo legal apontado como violado, no sentido de ser incapaz de infirmar o aresto recorrido, **bem como argumentos dissociados dos fundamentos do acórdão atacado, revelam a deficiência das razões do recurso especial, fazendo incidir a Súmula nº 284 do STF.** (...)

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1329298/GO, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 13/12/2018)

Além disso, averiguar se a multa diária é proporcional e adequada para a relação jurídica em debate implica reexame de fato, juízo vedado pelo óbice da Súmula 7/STJ.

2. O recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional deve indicar qual dispositivo de *lei federal* teria sido violado pelo acórdão recorrido, sob pena de se atrair o óbice da Súmula 284/STF.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SOLIDARIEDADE ENTRE O PROPRIETÁRIO DO "CAVALO MECÂNICO" E O DA CARRETA. RECURSO NÃO

PROVIDO.

1. **Em recurso especial, sob pena de ser inadmitido o inconformismo, a parte tem que apresentar, de modo inequívoco, os dispositivos violados, bem como desenvolver argumentação capaz de evidenciar a ofensa alegada, refutando a motivação do acórdão recorrido. A deficiência na fundamentação recursal atrai a incidência das Súmulas 283 e 284/STF.**

2. Segundo orientação jurisprudencial desta Corte, na hipótese de acidente de trânsito causado pelo condutor do "cavalo mecânico", o proprietário do veículo semirreboque responde solidariamente pelos danos causados à vítima. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 398.184/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, **QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018**, DJe 26/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. 1. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL DA QUAL SUSTENTA VIOLAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 2. ARTROSCOPIA E MOSAICOPLASTIA DO JOELHO. LISTA DE PROCEDIMENTOS DA ANS. ROL EXEMPLIFICATIVO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA 83/STJ. 3. DANO MORAL. CABIMENTO. PRECEDENTES DO STJ. 4. MINORAÇÃO DO MONTANTE INDENIZATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. 5. AGRAVO IMPROVIDO.

1. **A não indicação, na petição de recurso especial, do dispositivo legal relacionado à lei federal supostamente violada, atrai a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.**

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1328258/AL, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, **TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018**, DJe 06/12/2018)

A parte insurgente, ao alegar a validade da revogação da licitação e a legitimidade da recusa em transferir a propriedade do imóvel à parte autora, não apontou nenhum dispositivo legal violado, tornando as razões do apelo também deficientes, nesse ponto. Incidente o óbice da Súmula 284/STF.

3. Ante o exposto nego provimento ao agravo.

Majoro os honorários de sucumbência em 10% do valor já arbitrado na origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator